

## Susana Rolim

---

**De:** GABPAR Correio  
**Enviado:** segunda-feira, 29 de Outubro de 2012 15:46  
**Para:** Comissão 10ª - CSST XII; Comissão 5ª - COFAP XII  
**Assunto:** FW: Correio do Cidadão - O Orçamento de Estado para 2013 e os Reformados

Boa tarde,

Encarrega-me a Chefe de Gabinete da Senhora Presidente de remeter a presente mensagem recebida no Correio do Cidadão do GABPAR, para os efeitos tidos por convenientes.

Os melhores cumprimentos  
Helena de Melo Carvalho

**De:** [rosariogama@gmail.com](mailto:rosariogama@gmail.com) [mailto:rosariogama@gmail.com]  
**Enviada:** sexta-feira, 26 de Outubro de 2012 19:28  
**Para:** GABPAR Correio  
**Assunto:** Correio do Cidadão - O Orçamento de Estado para 2013 e os Reformados

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Direcção de Apoio às Comissões	
COFAP	
Nº Único	447233
Entrada/Saida nº	712
Data	30/10/2012

Para: Gabinete da Presidente

Âmbito: Reclamação

Nome: Coordenadora da Pró-Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados - Maria do Rosário Gama

Mensagem:

Coimbra, 26 de Outubro de 2012

A Sua Excelência

A Presidente da Assembleia da República

Drª Assunção Esteves

A situação em que o Orçamento do Estado vai colocar o país é particularmente gravosa para os Aposentados, Reformados e Pensionistas que, para além dos novos escalões do IRS e da sobretaxa prevista, ainda vão ser sujeitos a um corte no seu salário, desde que superior a 1350 euros ilíquidos. Estas medidas põem em causa a esperança num final de vida digno e prejudicam gravemente a possibilidade de apoio aos filhos e netos desempregados em consequência da crise que afecta o país.

Ser reformado, aposentado ou pensionista em Portugal deixará de ser um direito a uma vida com dignidade, direito esse adquirido laboriosamente durante uma longa carreira de trabalho.

Em Portugal, os reformados, aposentados e pensionistas celebraram um contrato contributivo com o Estado, em que se comprometeram a descontar 12 e mais tarde 14 meses por ano durante a sua vida ativa, para numa base da solidariedade entre gerações, tendo em vista a obtenção de uma pensão calculada com base no número de anos de descontos, a ser paga em 14 meses. E cumpriram integralmente a sua parte do contrato!. Já em 2012, a outra parte contratante, o Estado Português, que necessariamente deveria ser pessoa de bem, decidiu alterar unilateralmente as premissas desse contrato e, numa primeira fase, passou a remunerar as pensões somente durante 12 meses preparando-se, para no ano de 2013, acrescentar ainda a essa supressão ilegítima um corte adicional de 3,5 a 10%, para além da sobretaxa de 4% e da brutal carga fiscal.

A falta de uma estrutura que represente os Reformados, Aposentados e Pensionistas levou à criação de um amplo movimento cívico, de dimensão nacional, à margem de qualquer organização política ou sindical, de forma a garantir os seus direitos consignados na Constituição. Este Movimento Cívico, reunido em Coimbra no dia 22 de Outubro de 2012, aprovou a constituição de uma Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados para cumprimento deste objetivo.

Na qualidade de representantes da Pró-Associação desejamos expressar pessoalmente as razões da nossa indignação, que se prendem com o facto de o Governo pretender aplicar aos Aposentados, Reformados e Pensionistas medidas que extravasam o âmbito das suas competências, enquanto gestor dos montantes

entregues ao estado durante a vida contributiva de cada um.

Na sequência do exposto solicitamos a V. Ex<sup>a</sup> uma audiência antes da aprovação do Orçamento de Estado para 2013.

Respeitosamente

A Coordenadora da Pró-Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados

Maria do Rosário Gama